

## EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA ANTIRRACISTA

Janes Aparecida Xavier da Silva Neves<sup>1</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa se insere nas discussões das relações étnico-raciais na Escola Municipal Professora Enedina Costa de Macêdo e na necessidade de implementações de ações contínuas, reflexões e discussões sobre o racismo e o preconceito. Portanto, buscou compreender os perfis dos/das estudantes do ensino fundamental sobre as concepções das relações étnico-raciais na sociedade, bem como o combate às práticas de racismo e preconceitos frequentes no ambiente escolar. Para realizar este estudo, procuramos aparato teórico em autores que discutem as questões étnico-raciais, tais como MUNANGA (2001), SANTOS (2006) e GOMES (2011). A pesquisa consiste na promoção de um espaço de reflexão para auxílio na superação do preconceito e do racismo nas escolas e para auxiliar na superação das desigualdades. Esperamos com isso promover um conhecimento sobre as africanidades presentes na história do Brasil e a compreensão da necessidade de se combater o racismo e o preconceito, além de capacitar os adolescentes/jovens sobre a importância da valorização da cultura e dos povos africanos para a formação da nossa gente, propiciando assim conhecimentos para a formação de sujeitos críticos construtores de uma sociedade com respeito às diferenças.

**Palavras-chave:** Educação. Relações étnico-raciais. Preconceito. Discriminação.

### Introdução

O Brasil é formado por diversos grupos étnicos, fazendo assim do nosso país um local de grande diversidade cultural. Nosso povo se fez de uma mistura de gente oriunda de diversas partes do mundo, que ajudaram a construir a cultura que hoje temos. Os negros fazem parte de um grupo étnico que há muito tempo se faz presente na história de nosso país e que a cada dia vem buscando a sua valorização na sociedade, onde é comum práticas de racismo relacionadas a esses povos.

É necessário numa sociedade como a nossa, em que a maioria da população é negra ou afrodescendente, construir uma imagem positiva da identidade negra, pois desde cedo é ensinado que o negro, para ser aceito, é preciso negar-se a si mesmo.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XII/Guanambi. Atua como professora da Educação Básica/Ensino Fundamental na Escola Municipal Professora Enedina Costa de Macêdo na cidade de Guanambi - BA. Integrante do grupo de estudos Políticas Educacionais na Formação de Professores da Universidade Federal Fronteira Sul. E-mail: [janegbi@hotmail.com](mailto:janegbi@hotmail.com)



A escola é o local ideal para a afirmação da identidade negra, levando assim nossos alunos a valorizarem as diferenças étnicas e não levá-los a estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. O que se deve buscar é combater o racismo e fazer com que haja mais respeito às diversidades, aos que são considerados diferentes que sejam apenas diferentes e não desiguais.

A intensa desigualdade racial brasileira associada a formas usualmente sutis de manifestação da discriminação racial impede o desenvolvimento das potencialidades e o progresso social da população negra. Diante disso, nos é apresentada uma necessidade de trabalharmos as diversidades étnicas como um ponto crucial de reflexão e atuação sobre os mecanismos sociais que transformam as diferenças em desigualdade.

Há teorias raciais espalhadas pelo mundo, com seguidores no Brasil, que procuram justificar um tratamento discriminatório e desumano de exclusão e de marginalização reservados para povos e pessoas diferentes, que os preconceituosos julgam diferentes. Muitas das atitudes discriminatórias que acontecem em sala de aula são dirigidas às alunas, e quando são negras, torna-se mais grave este preconceito, esta discriminação (MUNANGA, 2001, p. 56).

Dentro dessa perspectiva de diversidade racial e de um contexto histórico de racismo com o negro no Brasil é que a Lei Federal n.º 10.639/2003, e posteriormente a Lei 11.645/08, que complementava a primeira, acrescentando a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana, tornaram obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em todos os níveis e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2003; BRASIL, 2009).

No entanto, as dificuldades das escolas brasileiras interpretarem as leis da educação associadas à negligência e “camuflagem” com a situação do negro constituem uma modalidade de ensino que continua sendo um conceito novo e pouco trabalhado em muitas escolas.

A exclusão e o silenciamento da cultura afrodescendente no cenário escolar apresentam-se de várias formas, sendo uma delas a ausência de representação dos valores, crenças e conhecimentos da criança afrodescendente nas matérias e nas práticas escolares (textos escritos e orais...). O máximo que podemos perceber é o uso forçoso de imagens estereotipadas e discussões acerca dessa cultura, como o folclore, com pouca ou nenhuma leitura crítica (SANTOS, 2006, p. 21).



Diante disto, surge a urgência da elaboração do presente projeto de intervenção, com o propósito de respeitar as diferenças e desconstruir as desigualdades. Esta é a base que fundamenta a prática da diversidade como valor, pois dependendo da forma como é entendida a questão étnica, as instituições podem auxiliar as crianças a valorizarem sua cultura, seu corpo, seu jeito de ser, ou, por outro lado, favorecer a discriminação, quando silenciam diante das diferenças e da necessidade de realizar abordagens positivamente.

Evidentemente, os adolescentes que vivenciam uma situação de discriminação em relação ao seu corpo podem não construir uma imagem positiva de si mesmos. Assim, as propostas de educação voltadas para uma pedagogia antirracista criam estratégias para garantir a permanência da parcela negra da população na escola.

Para tanto, em todas as dimensões do “cuidar e educar”, é necessário considerar a singularidade de cada adolescente, com suas necessidades, desejos, queixas, bem como as dimensões culturais, familiares e sociais.

A pesquisa está dividida em seis seções: a primeira seção é A educação e seu contexto, cujo debate se faz importante para entendermos a educação e seu papel na formação do cidadão para a vida em sociedade, formação essa necessária para a criticidade e o respeito ao outro; a segunda seção aborda a Educação e a cultura afro-brasileira, a qual discute a importância da escola na transmissão da diversidade cultural e suas manifestações, criando assim processos de conscientização das novas gerações sobre o racismo e o preconceito; a terceira seção é uma análise e discussão sobre a Lei n.º 10.639/03, lei essa que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas e cujo objetivo é desconstruir o preconceito étnico-racial no âmbito do espaço escolar; a quarta seção é Um estudo baseado na educação para o não racismo e a não discriminação, a discussão e a construção de conhecimentos sobre as relações étnico-raciais; a quinta seção é a análise e discussão das relações étnico-raciais através de oficinas, de forma que venham contribuir na construção de uma imagem positiva, buscando combater o racismo e o preconceito em nossas escolas; a última seção contempla as considerações finais.

### **Educação no seu contexto**

A educação surgiu com o objetivo de divulgar os conhecimentos existentes em determinada sociedade e época, dando condições ao homem acerca do entendimento e

compreensão do respeito mútuo ao multiculturalismo, percebendo os seus valores e diferenças, ao passo que o conhecimento desses valores trouxesse enriquecimento de informação que auxiliasse na aceitação das diferenças no ser humano.

A educação deveria ser o veículo de articulação das culturas para aumentar o crescimento intelectual dos seres humanos, para se livrarem e se defenderem do racismo e do preconceito. Porém, a educação tornou-se um instrumento de alienação e repressão do homem, para com o homem, sendo controlada pela classe dominante branca, tendo sua cultura como modelo, que foi imposta para toda a sociedade através dos currículos escolares.

Notamos no campo educacional uma exagerada preocupação com o adestramento e diferentes sistemas de condicionamento, controle e outras formas de aprendizagens mecânicas que abdicam da necessidade da participação inteligente e da vontade do homem (SPEYER, 1983, p. 75).

Então, a educação assume muitas vezes o papel distorcido no que diz respeito ao discurso do multiculturalismo, ficando aberta apenas à transmissão do modelo de cultura único, ou seja, o modelo eurocêntrico.

Se pararmos para refletir sobre o que é ensinado nas escolas sobre as relações étnico-raciais ou outras relações de diferenças em nossa sociedade, percebemos que quase nada é incluso no currículo considerando as relações étnico-raciais, além de conteúdos referentes à escravidão, pouco se fala, e ficamos relegados a uma mera função decorativa que não leva o aluno à criticidade e libertação. Esse silêncio sobre as dinâmicas das relações raciais permite que sejam transmitidos aos alunos a superioridade branca que prejudica os grupos negros.

A educação não pode silenciar diante de assuntos referentes à minoria; de fato, a posição de silenciamento leva a escola a uma educação acrítica que se conforma com as posições hierárquicas que nos é imposta. A escola deve reconhecer o problema e buscar meios de combatê-lo, promovendo o respeito a si e ao outro, reconhecendo as diferenças e abrindo possibilidades para que se fale nesse assunto sem preconceito.

Freire nos chama para uma educação pautada na ação não neutra, mas na ação transformadora que busque a humanização do ser humano, humanização essa que supere as práticas racistas e discriminatórias. Para Freire,

faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida de qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia [...] Quão ausentes da democracia se acham os que queimam igrejas dos negros porque, certamente, negros não têm alma. Negros não rezam (FREIRE, 2007, p. 36).

Freire nos convida a fazer das nossas escolas um local de experiências dialéticas, libertadoras e revolucionárias na busca por uma educação que construa autonomia, consciência e respeito.

### **Educação e cultura afro-brasileira**

Já que a educação fora da escola e no âmbito escolar pode ser o veículo mais propício para explorar, abordar, apresentar, discutir e transmitir a diversidade cultural e suas manifestações que são riquíssimas em nosso país, com ela seria possível também implantar processos de conscientização das novas gerações e das gerações vindouras acerca do racismo e seus derivados.

No entanto, não é exatamente dessa forma que ocorre ou ocorreu ao longo dos anos, embora hoje essa vertente tenha tomado rumos diferentes, como, por exemplo, as ações afirmativas, as cotas universitárias para negros e índios, entre outras conquistas, o racismo ainda continua bem presente em nossa sociedade.

Além disso, os remanescentes de quilombos, as comunidades negras ou os africanos escravizados no passado sofreram ou sofrem negação dos seus direitos; exclusão social; desconsideração enquanto membros da sociedade e abandono em todos os setores da sociedade, principalmente no campo da educação isso acontece em vários estados e regiões brasileiras, inclusive no estado da Bahia, que mesmo muitos anos após a escravidão, continuou vedado o acesso à educação pública, de qualidade.

Isso significa que, mesmo antes da municipalização e da constituição de 1988, no caso da Bahia, o estado enquanto unidade federativa, também não atendia à demanda do ensino fundamental e jamais do ensino médio. Nos municípios de Carinhanha, Malhada e Bom Jesus da Lapa, por exemplo, a Secretaria Estadual de Educação da Bahia fazia “vista grossa”. Nesses municípios o abandono é comvente. São mais de 12 comunidades negras rurais, que durante cem anos de abolição jamais tiveram escolas públicas mantidas pelo governo da Bahia (PINTO, 2006, p. 27).

Esse abandono para com esses povos está presente em várias partes do país, como mencionado anteriormente, não sendo considerado às contribuições da cultura afro-brasileira na formação e no desenvolvimento da sociedade atual.

Além disso, os próprios livros didáticos escondem a cultura afro-brasileira e, quando expõem, é de forma estereotipada. Com isso, os alunos pertencentes aos povos de culturas

diferentes vão crescendo sem conhecer a influência de suas culturas no processo de construção da identidade brasileira e ficam privados da memória de seus ancestrais e dos seus heróis como, por exemplo, Zumbi dos Palmares no caso da cultura afro.

E o que fica à vista desses alunos é apenas o modelo cultural eurocêntrico que está embutido de maneira explícita em nossos currículos escolares e em nossa cultura, embora estejam tendo êxito na parte inicial, no que diz respeito ao material didático que já encontra conteúdos referentes à África, seus povos e como eles chegaram, foram e são tratados no Brasil, e sua contribuição para a constituição do povo brasileiro. Esse material ainda é muito pouco e está muito longe do que necessitamos.

Desse modo, para que a diversidade cultural, principalmente a cultura afro-brasileira que é o tema de maior interesse para nós nesse momento, continue sobrevivendo em meio a tantos preconceitos e discriminações, é imprescindível que essas culturas tão importantes sejam trabalhadas em sala de aula e seja questionada a sua influência e sua fundamentação, seja nas escolas e nos currículos.

Essa questão é ainda mais importante em que a própria concepção de currículo ocupa, hoje, a centralidade das discussões no campo educacional. Questiona-se o conhecimento e a cultura veiculados no modelo de currículo adotado pelas escolas públicas, já que, através dele são produzidas e reproduzidas ideologias de recalque e inferiorização do afro-brasileiro (PINTO, 2006, p. 36).

### **Lei nº 10.639/03**

A sociedade brasileira é composta pela mistura das várias culturas, como as africanas, indígenas, asiáticas e povos brancos europeus. Mas, durante muito tempo em nossa história, ficou preestabelecido um modelo padrão de cultura que é o da classe dominante. Com isso, enraizou-se na sociedade brasileira o racismo e a discriminação com as suas manifestações diretas: o preconceito, a segregação racial e os estereótipos presentes atualmente na sociedade brasileira.

A Lei nº 10.639/03 tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileiras nas escolas públicas e privadas dos ensinos fundamental e médio, buscou garantir aos estudantes o direito ao conhecimento sobre a “História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. Esta lei pode ser considerada uma vitória de uma luta contra o preconceito e a discriminação que há muito tempo vinha sendo conclamada por uma parcela da sociedade.



Nilma Lino Gomes afirma que, em certos momentos, “as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias, a depender do discurso que empregamos, podemos nos incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças” (GOMES, 2011, p. 86). Ao trazermos o debate para a educação no contexto da diversidade, torna-se de suma importância uma educação a serviço das diferenças e do respeito.

Em meio a tantos desrespeitos, discriminações, preconceitos e abandonos e desconfigurações do currículo escolar sofrido pelas “culturas diferentes”, somente cento e quinze anos depois da abolição da escravidão no Brasil é que foi promulgada a Lei nº 10.639/03 pelo então presidente em exercício no ano de 2003 Luís Inácio Lula da Silva.

A lei visa reparar essa tamanha injustiça social causada não apenas aos negros, mas também a todos os brasileiros, pois essa história que ficou por muitos anos esquecida é patrimônio de todos os brasileiros sem distinção de cor, gênero ou religião. Esta lei constitui-se numa política de governo, política de estado, numa política pública e numa política de ação afirmativa para toda a sociedade brasileira, cuja intenção é o reconhecimento, promoção e valorização do legado histórico e cultural da população negra brasileira.

As políticas de ação afirmativa visam a superação de desigualdades que atingem historicamente determinados grupos sociais, a saber: negros, mulheres, homossexuais, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros. A aprovação dessa Lei não significa simplesmente inserir determinados conteúdos no currículo escolar que aborde os conteúdos discriminados no seu texto. É necessário repensar em nosso currículo escolar cheio de traços de uma cultura branca e excludente ações que possibilitem aos grupos excluídos sua inserção plena na escola.

Como já vimos anteriormente, a educação proporciona elementos e espaços que fortalecem a transmissão e a divulgação da cultura afro-brasileira mostrando as diferenças para a população e que, gradualmente, poderão ser conscientizadas a esse respeito e terem novas concepções e atuações da cultura.

Portanto, é preciso que o espaço da escola, da universidade e demais espaços de educação formal ou não-formal sejam aproveitados para trabalhar essas questões de grandiosa relevância na formação crítica dos indivíduos.

### **Um estudo baseado na educação para o não racismo e a não discriminação**



A metodologia aplicada na pesquisa que deu origem a esse artigo de cunho qualitativo foi a realização de um projeto de intervenção pedagógica, que buscou uma perspectiva diversificada, dinâmica, criativa e envolvente, proporcionando a participação dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professora Enedina Costa de Macêdo na cidade de Guanambi-Ba. No decorrer do desenvolvimento da temática, alguns indicadores nortearam o respectivo tema: Leitura e estudo de textos sobre a diversidade; rodas de conversa; vídeos sobre o tema; curso de amarração de turbantes e exploração de músicas.

No primeiro dia de oficina, apresentamos o livro “Menina bonita do laço de fita”, o qual aborda a representatividade racial. A exposição se deu de forma oral e através de um vídeo. Ao final, foi feita uma roda de conversa a partir do seguinte trecho do livro: “*O coelho achava a menina a pessoa mais linda que ele tinha visto em toda a vida. E pensava: – Ah, quando eu casar quero ter uma filhinha pretinha e linda que nem ela.*” Foi questionado aos alunos sobre o que é ser bonito? Os mesmos deram várias respostas, como ser bonito é ser bom, ser bonito é ser magro, ser bonito, etc. A partir das respostas, foi discutido com os alunos que temos opiniões diferentes sobre o assunto e a importância de respeitar as diferenças. No final, foram discutidos os padrões de beleza existentes em “Menina bonita do laço de fita” e solicitado aos alunos que trouxessem no outro dia fotos de sua família para socialização com a turma.

No segundo dia de oficina, no primeiro momento, os alunos socializaram as fotos das suas famílias com os colegas, e a partir da socialização, foi discutida a grande diversidade existente na sala de aula. A partir das fotos das famílias, iniciou uma conversa sobre as famílias que formam o nosso país, ou seja, as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro. Após a conversa, foi feita uma exploração do conteúdo sobre a cultura africana e afro-brasileira, ressaltando os costumes, tradições e jeito de ser de cada povo, demonstrando assim as diferenças existentes entre os povos para a notabilidade de que ninguém é igual a ninguém e a importância de cada um na construção da história.

No terceiro dia, foi apresentado o livro “**As Tranças de Bintou**”, livro que nos leva à valorização da imagem da mulher negra, seus cabelos que para muitas culturas de povos africanos é símbolo de status, etnia, classe social e, como em Bintou, demarcador de etapas da vida. Após a apresentação da história do livro, foram mostradas várias imagens de penteados africanos. Foi abordado com os alunos sobre a importância do respeito frente à imagem do





outro, as suas características físicas e escolhas pessoais. No final da conversa, houve um curso de amarração de turbantes, símbolo da cultura africana.

No quarto e último dia, os alunos ouviram a música “Diversidade” de Lenine. Após a escuta, foi feita uma roda de conversa sobre o que foi visto durante a semana e sua relação com a música apresentada. O debate se deu em torno do respeito à cultura afro-brasileira, do reconhecimento desses povos como pilares para a formação do povo brasileiro e da importância da não prática de atitudes racistas e preconceituosas nas escolas.

Desta forma, este trabalho objetivou trabalhar com crianças a importância da valorização da cultura afro em nosso país, chamando atenção para a necessidade de desconstrução de ideias racistas e preconceituosas ainda muito presentes em nosso meio.

### **Análise e discussão**

A escola como espaço de formação intelectual não pode silenciar-se diante de questões tão urgentes e necessárias, como o debate sobre a educação para as relações étnico-raciais. O ambiente escolar deve ser aquele que propicie uma mudança positiva de comportamentos e atitudes.

Além de “muitos estudos dos livros”, a pessoa educada é capaz de produzir conhecimento e necessariamente, respeita os idosos, as outras pessoas, o meio ambiente. Empenha-se em fortalecer a comunidade, na medida em que vai adquirindo conhecimentos escolares, acadêmicos, bem como outros necessários para a comunidade sentir-se inserida na vida do país (SILVA, 2000, p. 78-79).

Através da entrevista com alunos das séries iniciais do ensino fundamental da referida escola, percebemos que a valorização de uma cultura branca é muito forte em detrimento de um certo preconceito em relação à cultura negra. O cabelo liso, a pele clara são tidos por esses alunos como fatores de beleza em relação ao cabelo crespo e à pele negra.

Após a realização da oficina, foi perguntado aos alunos: você acha que existe superioridade relacionada à cor da pele em nossa sociedade? Você já presenciou ou foi vítima de preconceito e discriminação? Dos 32 alunos presentes, 9 responderam que acham o cabelo branco e a pele branca fatores de beleza. 10 alunos responderam que já foram vítimas ou já presenciaram situações de preconceito e discriminação, e desses 10 alunos, 3 relataram que já sofreram preconceito e discriminação na escola por terem pele negra e cabelos crespos.

Desta forma, é importante reafirmar o papel da escola na luta contra atitudes racistas e preconceituosas, bem como a não aceitação dos valores e da cultura afro em nosso meio. A escola deve continuar sua luta contra o racismo e seus derivados. Deve buscar levar a compreensão de que a população negra que para o nosso país foi trazida tem uma história, uma cultura que deve ser respeitada, bem como buscar extinguir as diferenças que colocam uma etnia superior a outra.

### Considerações finais

O racismo constitui-se ao longo da história da humanidade em instrumento de subordinação e violência com vistas ao colonialismo/eurocentrismo. A escola tem um papel de suma importância no combate a tais práticas e na disseminação de uma educação para as relações étnico-raciais que venha trazer valorização e respeito às diferenças étnicas.

Um passo muito importante foi a inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica. Essa medida leva a um reconhecimento para além da garantia do acesso da população negra na escola, mas também à valorização da história e da cultura do povo negro, buscando assim reparar os danos que se repetia há séculos em nossa sociedade.

Os estudos sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana dizem respeito a todos os brasileiros, pois vivemos em uma sociedade multicultural e pluriétnica, e isso se faz urgente para a construção de uma nação democrática e livre de todas as formas de racismo e discriminação.

Para reforçar essa atividade de trazer para as escolas discussões em torno das relações étnico-raciais, optou-se por trazer esse tema para debate no ambiente escolar, com vistas à desconstrução, através de questionamentos e análises críticas, com o objetivo de eliminar ideias e comportamentos vinculados ao mito da democracia racial que muito tem feito mal a negros e brancos em nosso país.

### Referências

CANDAUI, Vera Maria. **Culturas e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003.** Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira", e dá outras providências).

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação. BRASÍLIA/BF: **Diário Oficial da União**, 23/12/1996.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Edição Especial. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura).

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAAE, Pernambuco, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03.** In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (org). **Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

MUNANGA, Kabengale (org). **Superando o racismo na escola:** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 2001.  
MUNANGA, Kabangele, GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global 2006. (coleção para entender).

PINTO, Heldina P. **O global e o local na construção de Práticas curriculares.** São Paulo, 2005. [ Tese de doutorado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Os saberes das práticas religiosa da comunidade negra rural de barra da Parateca:** uma articulação com a cultura escolar. São Paulo, 2000. [dissertação de mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **O sistema educativo nas comunidades negras rurais.** IN: **Revista CEPAIA:** Realidade afro indígena. UNEB/ CEPAIA, Salvador, ano 3, n.4, p.25-42, jan/dez, 2006.



III Congresso Internacional  
V Congresso Nacional

**25 a 28**  
**Agosto 2021**



SANTOS, Ana Kátia Alves dos. **Infância afrodescendente**: epistemologia crítica no ensino fundamental. Salvador: EDUFABA, 2006.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Dimensões e sobrevivências de pensamentos em educação em territórios africanos e afro-brasileiros. In: **Negros, Territórios e Educação** – NEN – Núcleo de Estudos Negros, Florianópolis, 2000.



III Congresso Internacional  
V Congresso Nacional

**25 a 28**  
**Agosto 2021**

